

Japão já aceita investir no Brasil sem aval do FMI

BRASÍLIA — O Governo japonês, numa posição mais flexível, já não considera questão fechada a necessidade de um acordo com FMI para que o Brasil tenha acesso aos US\$ 25 bilhões que pretende investir nos próximos cinco anos. Aceita, inclusive, uma solução alternativa em que o FMI seria substituído por uma comissão de corporações internacionais ou mesmo pelo Banco Mundial.

Esta foi a boa notícia que o Secretário Especial para Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, Yoshiaki Nakano, trouxe para o Ministro Bresser Pereira, que nos últimos dias tem acenado com um acordo com o FMI para poder obter recursos japoneses. Durante uma semana, Nakano manteve contatos com autoridades japonesas que, na sua opinião, demonstraram o reconhecer que as fórmulas de ajuste econômico ditada pelo FMI “não são

bem-sucedidas”.

Com cautela, Nakano explicou que as propostas apresentadas partiram de executivos japoneses, mas foram endossadas pelo Ministério das Relações Exteriores, que já acenou com a simpatia do Governo para uma solução alternativa para a renegociação da dívida. Segundo ele, o grande problema do Japão, nesse momento, é como reciclar os US\$ 25 bilhões do superávit em transações correntes, estimado para os próximos cinco anos entre US\$ 60 bilhões e US\$ 80 bilhões.

Também em relação a esta questão, os japoneses acenaram com uma proposta inédita: as taxas de juros seriam menores do que as praticadas no mercado; porque o Governo se disporia a subsidiar os juros e, até mesmo, dar garantias para o lançamento de bônus e títulos. Manifestaram, porém, a preocupação de que a reciclagem dos US\$ 25 bilhões não esteja vinculada a uma definição da

renegociação da dívida passada do Governo brasileiro.

Segundo Nakano, embora os japoneses tenham demonstrado uma “abertura e uma percepção diferentes” do problema da renegociação da dívida, não querem avançar nas suas propostas por um motivo: “não criar problemas com o FMI, ou uma cisão com os bancos credores e instituições norte-americanas”.

Entretanto, existe uma saída para renegociar a dívida sem um acordo com o FMI, admitiu Nakano, sinalizando que o Governo não deve ter pressa para a renegociação, acrescentando que o importante para o Brasil, nesse momento, é estabelecer um entendimento com os bancos credores para evitar represálias, ou seja, conduzir as negociações de tal forma que os credores não fiquem intranquilos e não tenham a impressão de que se “está partindo para um confronto”.